



GESTORES ESCOLARES: FORMAÇÃO CONTINUADA EM SEXUALIDADE UMA VIVÊNCIA CONTEMPORÂNEA

SCHOOL MANAGERS: CONTINUOUS FORMATION IN SEXUALITY A CONTEMPORARY EXISTENCE

GESTORES ESCOLARES: FORMACIÓN CONTINUADA EN SEXUALIDAD UNA VIVENCIA CONTEMPORÁNEA

Ana Maura M C Bulzoni¹
Andreza M.D Castro Leão²
Luci Regina Muzzeti³

5

Resumo: O presente trabalho de cunho qualitativo descritivo é um recorte de uma pesquisa de mestrado acerca da formação de gestores escolares em educação sexual. O objetivo é discorrer acerca dos conhecimentos prévios do que os gestores escolares manifestam acerca da temática da sexualidade, e apresentar os dizeres após uma formação continuada realizada em um município do interior de São Paulo. Os resultados obtidos apontam que esta formação contribuiu, sendo que conseguiram refletir e repensar acerca de diferentes assuntos de sexualidade, revendo conceitos prévios apresentados, os quais geralmente dificultam o trato desta temática e a implementação de propostas de educação sexual.

Palavras-chave: Gestores Escolares. Formação. Sexualidade. Vivência.

Abstract: The present descriptive qualitative work is a cut of a masters research about the formation of school managers in sexual education. The objective is to discuss the previous knowledge of what the school managers express about the theme of sexuality, and to present the words after a continuous formation carried out in a municipality in the interior of São Paulo. The results obtained indicate that this training contributed, being able to reflect and rethink about different subjects of sexuality, reviewing previous concepts presented, which generally make difficult the treatment of this issue and the implementation of sexual education proposals.

Key words: School managers. Formation. Sexuality. Experience.

Resumen: El presente trabajo de cuño cualitativo descriptivo es un recorte de una investigación de maestría acerca de la formación de gestores escolares en educación sexual. El objetivo es discurrir acerca de los conocimientos previos de lo que los gestores escolares manifiestan acerca de la temática de la sexualidad, y presentar los dichos después de una formación continuada realizada en un municipio del interior de São Paulo. Los resultados obtenidos apuntan que esta formación contribuyó, siendo que lograron reflexionar y repensar acerca de diferentes asuntos de sexualidad, revisando conceptos previos presentados, los cuales generalmente dificultan el trato de esta temática y la implementación de propuestas de educación sexual.

Palabras clave: Gestores Escolares. Entrenamiento. La sexualidad. Experiencia.

¹ Mestre em Educação sexual. Da Fclar - UNESP Araraquara-SP e discente da pós graduação do curso Gestão da educação Pública da UNIFESP mauradil@gmail.com

² Professora Dr^a. no Dep. de Psicologia da Educação dos Programas em Ed .Escolar e Sexual da Fclar. Da UNESP. Araraquara-SP. andreza_leao@yahoo.com.br

³ Professora DR^a. no Departamento de Didática Programas de Pós-Graduação em Educação Sexual e Educação Escolar na Fclar da UNESP, Araraquara-SP. lucirm@fclar.unesp.br



Introdução

Discorrer sobre formação de educadores é uma das premissas para a qualidade da educação básica brasileira, portanto, primeiramente, precisamos conceituar “formação”⁴. Aliás, na educação descrevemos como: preparar, educar, instruir. Nesse sentido, nos perguntamos: o que é? Para que? E Para quem esta formação? Conforme aponta De la Torre e Barrios (2004, p.14) “formar é ajudar a tomar consciência das próprias atuações e como melhorá-las”.

Definimos formação como um processo intrínseco ao desenvolvimento humano, sendo este, pessoal e social com movimento dialético e ininterrupto. Desta forma, compreendemos que a formação para os profissionais da educação é imprescindível para dar início a carreira profissional. Leão (2009) explica “a formação inicial é uma etapa essencial para instrumentalizar estes profissionais para a prática pedagógica”. Portanto, a formação inicial não se extenua em si mesma, ou seja, a formação continuada cumpre a função de um elo entre a formação inicial e as mudanças no âmbito escolar do próprio sistema de ensino. Sendo assim, os processos de formação precisam estar em conformidade com a realidade dos profissionais da educação, haja vista o bem-estar dos alunos.

Para a educação de qualidade a formação é uma das ferramentas de trabalho de um profissional de educação, conforme aponta Garcia (1995) “a formação aparece como o instrumento mais potente para democratizar o acesso das pessoas à cultura, à informação e ao trabalho”.

Nesse sentido, a formação dos profissionais da educação escolar demanda uma reflexão acerca do conhecimento das competências profissionais que lhes são exigidas e necessárias na sua função. Compreendemos que o profissional da educação é um eterno aprendiz e constantemente necessita aprender de acordo com suas necessidades.

⁴ Dar corpo ou forma a; Constituir; Organizar; Fundar; conceber; imaginar; Preparar; Amoldar; instruir educar; Traçar; descrever, criar; Alinhar; estabelecer <https://dicionariodoaurelio.com/formacao>



Outrossim, podemos compreender que a formação continuada tem sido oferecida de forma distorcida quanto à prática escolar, os sistemas de ensinos dificilmente tem planejado suas formações após um diagnóstico partindo da realidade escolar, desta forma, estas ficam fragmentadas em relação às demandas escolares. À vista disto, para implementar ações de formação contínua é necessário que esteja em consonância a teoria, a realidade do aluno, a prática do professor dentro do contexto escolar, para que aja transformação na melhoria e nas necessidades apontadas.

Nesta perspectiva, o processo de formação continuada permitirá realizar uma constante reflexão da sua prática, de tal forma que seja possível provocar as transformações e progressos no conhecimento dos alunos. Na educação para que haja a transformação, mudança e qualidade faz-se importante uma apropriada formação dos profissionais⁵ da educação, e principalmente do gestor escolar.

As discussões e estudos sobre a formação dos profissionais da educação têm sido objetos de debates do Conselho Nacional de Educação (CNE). A partir da aprovação do Plano Nacional da Educação (PNE) por meio da Lei nº 13.005/2014, realizaram-se discussões com vários representantes da comissão nas conferências municipais, estaduais e nacional, no qual a temática da formação esteve no eixo IV dos documentos finais da CONAE 2014, simultaneamente, participaram instituições de educação superior, conselhos estaduais de educação, na construção das Diretrizes Curriculares Nacionais, para a formação de profissionais da educação. O PNE apresenta 20 metas e em todas as estratégias que envolvem a educação básica e o ensino superior em suas etapas e modalidades, discutem acerca da qualidade, avaliação, gestão, financiamento educacional assim como a valorização dos profissionais da educação.

A política nacional busca efetivar as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais da educação, com o intento de melhoria do ensino e sua expansão, especificamente na meta 15 que visa à formação dos profissionais da educação. As novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) aprovadas pelo Conselho Pleno e Conselho Nacional de Educação (CP/CNE) e sancionadas pelos Ministérios de Educação e Cultura

⁵ Consideramos os profissionais da educação todos aqueles que trabalham no âmbito escolar, porém neste contexto nos referimos aos professores, e especificamente aos gestores escolares.

(MEC), no mês de junho de 2015, apresentam treze (13) aportes e concepções fundamentais para a melhoria da formação inicial e continuada e suas dinâmicas formativas, sendo que esta desconsidera a temática da sexualidade, assim como de gênero e outras correlatas.

A educação para os direitos humanos, e as questões relativas à diversidade cultural, e de todas as formas de preconceitos e outros considerados fundamentais de serem debatidas, são vetadas no currículo das formações iniciais e continuada dos profissionais da educação.

Silva (2014) nos mobiliza a refletir que o currículo destes profissionais não enfatiza a diversidade, demonstrando que é um currículo que apresenta limitações uma vez que não dá o devido espaço para discutir acerca da identidade e diferença, como se este profissional não fosse atuar com um público heterogêneo.

Neste cenário tem-se um grande desafio que se refere à educação, mais primeiramente a formação dos profissionais e à prática pedagógica no âmbito escolar acerca destes temas, desta forma, não podemos confundir acesso à diferença, por benevolência, afabilidade, se agirmos assim, estaremos contra a pedagogia da diferença, neste caso, precisamos ser adepto.

A partir desse contexto, precisamos focar na formação continuada desses profissionais, visto que como discorre Leão (2009, p.152) “[...] o professor é imprescindível, pensando na discussão destes temas, portanto, é preciso se oportunizar momentos de reflexão e dificuldades que possam discorrer sobre estes temas podendo falar de suas divergências, quanto aos mesmos suas dúvidas e inquietações”.

Sendo indispensáveis esses momentos de reflexão, uma vez que o próprio Freire refere-se à educação continuada deve “[...] ultrapassar a visão fragmentada da realidade.” (Freire, P 1983, p.26), para isso é muito importante estes momentos. Leão (2009, p.32) aponta que a sexualidade precisa estar nos currículos das escolas, sendo que é preciso também que os Estados assumam seu papel de traçar as diretrizes curriculares, dando o devido espaço para abrangência dos PCN. Contudo, é pertinente lembrar que é preciso ainda, “a participação das escolas e dos professores para a concretização de tais diretrizes”. No entanto, recentemente de



acordo com o BNCC⁶ (Base Nacional Comum Curricular), foi suprimida as expressões “orientação sexual” e “gênero”, nos currículos escolares, contudo dificultando a abordagem destes temas.

Adentrando este assunto, Leão (2009) enfatiza a importância da formação os profissionais em direção à educação para a cidadania visto que cabe a escola educar possibilitando que os alunos tenham acesso a uma formação integral, para o exercício da participação ativa e consciente na sociedade. Nessa perspectiva, (Melo, 2004, p.106) destaca a relevância da cidadania, na defesa dos direitos humanos, argumentando que “[...] não existe qualidade de vida nem direitos humanos, mesmo que apenas em intenção, a não ser para corpos encarnados, sexuados”. Ou seja, a sexualidade faz parte do rol dos direitos humanos, o que legitima sua discussão no âmbito escolar.

Assim sendo, a escola poderia promover a cidadania na medida em que fosse efetiva na exposição de informações sobre sexualidade, e possibilitasse, dentro disso, a reflexão crítica dos seus alunos acerca deste tema. (Ribeiro, 1990). Frente ao exposto, os Estados obterão o sucesso e a eficácia na qualidade da educação por meio de implementação de uma política de formação continuada e pautada na demanda e nas necessidades locais propiciando ações formativas com o intento de transformar visando às mudanças efetivas no âmbito escolar voltada a conscientizar, instruir e educar os alunos para uma educação inclusiva e emancipatória.

Formação de Gestores em Sexualidade uma Vivência Contemporânea

Diante do exposto, vimos à importância do profissional da educação de estar em constante formação haja vista que o conhecimento necessita caminhar no sentido de aprender e ensinar. No entanto, vamos discorrer acerca de uma realidade, uma experiência de formação inicial em educação sexual realizada em parceria entre a Universidade e a rede municipal de ensino no interior de São Paulo, que a princípio realizou um diagnóstico procedente de uma

⁶ A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.



demanda dos gestores escolares acerca de formação continuada na temática da sexualidade e outros temas correlatos.

A proposta da formação foi ampla, e não resultou apenas em palestra ou curso de pequena duração. Foram envolvidos, os gestores⁷ escolares como os protagonistas da formação, e foram abertas vagas para supervisores, técnicos da secretária da educação e à equipe diretiva da escola envolvendo os coordenadores, vice-diretores. A formação ocorreu nas dependências da secretaria da educação, com encontros presenciais e atividades on-line, como: fórum de discussão, chats, vídeos, atividades, entre outros, na plataforma moodle (Leão, 2016).

10

Esta atitude da autora é similar ao procedimento que adotou em trabalho anterior com os discentes do curso de pedagogia. Os autores, Leão e Ribeiro (2013), ao fazerem menção a este curso, acenam que os assuntos que os discentes careciam de uma formação mais peculiar foram: conceitos em sexualidade (sexo, sexualidade e relações de gênero); educação sexual - o que é e como implantar; sexualidade infantil; violência sexual infantil; adolescência e sexualidade e sexualidade e deficiências.

Quanto a esta formação, Leão (2016) esclarece que o intento foi buscar sensibilizar os diferentes profissionais para o trabalho de educação sexual, de modo que fossem preparados para serem multiplicadores, isto é, pudessem assessorar outros profissionais visando a implementação ações acerca da temática. Avista disto, as formações continuadas aos profissionais devem contribuir no cotidiano escolar repassando as experiências através da reflexão entre a teoria e a prática. Esta necessidade decorre do fato de que a formação inicial, o exercício de reflexão da prática pedagógica fica limitado, e na prática, com as dificuldades e a realidade do trabalho do professor é que eles poderão exercitar a reflexão e buscar o aprimoramento profissional (Figueiró, 2006). Aliás, na formação continuada este profissional tem a oportunidade de ficar de forma mais enfática em determinado assunto, podendo aprimorar dentro disso, sua formação (Leão, 2016).

⁷ Na pesquisa de mestrado participaram cinco gestores, sendo que, são os que concluíram a formação inicial em educação sexual entre a secretaria do município e a Universidade.



Conforme a autora menciona “Os assuntos tratados na formação foram voltados à equipe gestor e estava na dependência da necessidade formativa dos participantes.” (Leão, 2016, p.27). Assim sendo, destacamos os temas abordados:

História da sexualidade- Idade Antiga, Média, Moderna e Contemporânea; Conceitos em sexualidade- sexo, sexualidade, educação sexual, relações de gênero, entre outros; diversidade sexual; fundamentos da educação sexual-estratégias de implementar esse trabalho; desenvolvimento psicosssexual; sexualidade infantil; violência sexual; conflitos e dilemas da adolescência; sexualidade e deficiência; mídia e sexualidade, entre outros. (Leão, 2016, p.27).

Foram abordados assuntos acerca da sexualidade, que trouxeram a discussão como a citada autora declara, para a ampliação de conhecimentos aos seus participantes e a conscientização da importância dos mesmos no âmbito escolar. A opção por se iniciar o trabalho formativo pela História da Sexualidade é uma estratégia para esclarecer os participantes quanto à repressão sexual e os mitos, tabus e preconceitos de cunho sexual tão presentes nos dias de hoje (Leão e Ribeiro, 2013). Ademais, como proferem Maia e Ribeiro (2011), para que os professores possam compreender a manifestação da sexualidade é preciso que tenham clareza da abordagem história e cultural acerca da sua construção.

11

Leão (2016,) nos aponta em seu relatório da Fapesp⁸ do citado curso, nos resultados obtidos no cerne dessa formação, no qual especificamente, faremos um direcionamento aos gestores escolares que são o foco desse trabalho de pesquisa.

Leão (2009, p.28) explica que desde o início da formação realizou um diagnóstico situacional com o intento de investigar os conhecimentos prévios dos participantes acerca da sexualidade com a intenção de após o término da formação pudesse realizar uma comparação referente os embasamentos teóricos e as contribuições que o curso proporcionou a estes profissionais, assim sendo, para a implementação de projetos, e ações voltadas à prática

⁸ A formação inicial oferecida aos gestores escolares em parceria com a UNESP no interior do Estado de São Paulo com a rede municipal de ensino, “CONCEPÇÕES DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E PAIS SOBRE SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO SEXUAL: Elaboração, aplicação e avaliação de cursos interventivos voltados para pais, professores e alunos Relatório de pesquisa apresentado à Fapesp (Fundação de Amparo de Pesquisa do Estado de São Paulo) Pesquisa regular. Processo n.2243-0/2013).



pedagógica no âmbito escolar. A autora articulou a efetividade do curso por meio de um questionário que foi aplicado antes de se iniciar o conteúdo da formação, e, após, sendo que os participantes foram indagados. Entretanto, focaremos, precisamente, naquelas que são interessantes para o presente trabalho. Uma das questões foi: “Se os gestores na atuação profissional já tiveram de realizar alguma ação interventiva em sexualidade” Conforme colocações dos participantes:

“Orientação aos alunos”-G⁹16; G7; “A ação sempre foi de orientação”-G20; “Instruindo e orientando os alunos” –G19. As gestoras também relataram que orientam a família: “Orientação às famílias”- G23; “Orientar pais acerca dos comentários que o filho (aluno) trouxe para a escola”- G4. Algumas gestoras ainda mencionaram que tiveram de orientar os professores: “Orientar professor sobre criança que se masturbava durante o sono”- G30. Ou seja, algumas gestoras relataram que tentam orientar os professores quanto às condutas que devem adotar com os alunos. Foi possível perceber que não há uma sistemática de ações interventivas de sexualidade, o que houve foram algumas ações isoladas (p.36-37).

12

Nota-se, então que as ações dos gestores foram relativas a alguns aspectos pontuais. Continuando, foi perguntado a respeito de “Dúvidas sobre o que falar acerca da sexualidade no contexto escolar”, as mesmas responderam:

“Falta-me um conhecimento mais aprofundado sobre a sexualidade das crianças pequenas (em idade pré-escolar) ”-G18; “O que abordar nas diferentes faixas-etárias”-G6; “Na educação infantil, como tratar o tema com crianças? ”- G16; “Idade certa, linguagem a ser usada de acordo com a idade”- G3; “O modo de abordar esse assunto com as crianças”- G21. (p.38).

Quanto à questão do consentimento da família, se é preciso para o trabalho de educação sexual, e como tratar este tema sem ser invasivo com essa instância social. Conforme eles pontuaram: “A orientação, prevenção e esclarecimento deve existir com o consentimento dos responsáveis/comunidade? ”-G1; “Explorar o tema sem ser invasiva no contexto familiar (relação escola x família x religião)” G14. (Leão, 2016, p.39). As participantes também foram solicitadas a discorrer sobre educação sexual, mais precisamente acerca do que é, para que e para quem. Elas responderam:

“É para crianças e adolescentes e para aqueles que não têm conhecimento”- G3; “A educação sexual é a informação sobre sexualidade. Ela tem o papel

⁹ As falas são dos gestores que participaram da formação inicial em educação sexual em parceria da secretaria e a Universidade e por motivo ético foram ocultados os nomes das participantes e nomeou-se com a letra G.



de informar no contexto escolar os jovens acerca da sexualidade”- G11; “[...] Possibilitando ao aluno o conhecimento detalhado de tudo o que envolve o ato sexual”-G13; “Trazer esclarecimentos”- G4; “Informar, orientar, esclarecer, enfim, educar”-G23; “Orientação a respeito do tema para acrescentar conhecimentos dos adultos e ampliá-los aos alunos e responsáveis”- G9; “Meio de informar nossos alunos e até, se necessário, familiares sobre sexualidade”- G14; “A educação sexual aborda o comportamento em relação a sexualidade para melhor conhecimento”- G34; “Orientação para sanar dúvidas”- G5. Duas cursistas mencionaram que a educação sexual deve ocorrer em ambiente formal com profissional preparado: “Abordagem do tema em ambientes de educação formal para os alunos, pelos educadores”- G31; “Trata-se de uma abordagem formal acerca de temas como sexualidade etc, realizada por educador preparado e destinada aos alunos, objetivando a orientação dos mesmos”- G19. (p.39).

Os gestores também explicaram a importância de formação para os professores da rede municipal.

“É importante que os educadores sejam capacitados para lidar com as questões da sexualidade. Acredito em formação para educadores onde eles sejam levados a vencer tabus”- G13; “Formação voltada para orientar aos alunos, porém com fundamentações”-G2; “É importante que educadores em geral tenham conhecimentos sobre o assunto”- G10; “Temos que estar preparados para responder ou resolver algumas situações que sem conhecimento pode nos trazer constrangimento”- G24; “Considero relevante o educador ter formação específica em sexualidade para que possa esclarecer várias questões”- G14; Outras ainda salientaram que na realidade todo professor deveria ter formação nesta área: “Todo professor deve ter formação em sexualidade, pois enquanto educador estará colaborando para resolver e intervir nos problemas que envolvem as questões sexuais que poderão ocorrer na escola”-G4; “Todo curso de formação de professores deveria ter na sua grade curricular esta temática”- G33 “Todo professor deve ter formação básica que possibilitasse uma atuação mais adequada e segura em relação ao tema”- G3.(p.44).

Quanto à formação vale frisar que ela deve “[...] instrumentalizar criticamente o professor para que possa lidar com as dificuldades naturais resultantes dos tabus e preconceitos inerentes ao sexo, ao gênero e à orientação sexual”. (Maia e Ribeiro, 2011, p. 80). No término da formação, os gestores apontaram que o curso incitando à reflexão dos mesmos. Conforme as falas:

“Este curso contribuiu muito em meu conhecimento “[...]. Mudou algumas formas de pensar sobre a sexualidade, o que colaborou para o tratamento de

algumas questões envolvendo alunos em algumas escolas em que atuo. Passei a entender e a tratar com mais naturalidade [...]”- C17. (Leão, 2016).

Outras falas que se tem são:

“A formação provocou algumas reflexões sobre minha vida que possibilitaram uma nova forma de compreender e encarar a relação sexual. Quanto a prática pedagógica possibilitou-me entender algumas situações que ocorrem na escola e atuar de maneira mais adequada e desprovida de preconceitos”- C11. “A formação foi muito importante para mim, pois me fez enxergar questões referentes à sexualidade de forma consciente e reflexiva, entendendo as questões sociais que permeiam este tema, as questões históricas e até mesmo as questões psicológicas e filosóficas envolvidas. Na prática pedagógica me fez saber lidar e conduzir situações que surgem no cotidiano da escola, relacionadas à sexualidade. Antes da formação, me sentia insegura diante de algumas situações. Agora já consigo orientar os professores, as crianças e até mesmo os pais’ - C5. (p.99-100).

14

De acordo com a autora “[...] há caminhos, assim como, estratégias a serem empregadas para a implementação da educação sexual, seja no âmbito familiar ou escolar.” (Leão, 2016, p.192). Partindo desses depoimentos dos gestores, nota-se que a formação possibilitou subsídios teóricos e práticos para as mesmas se sentirem seguras para saberem como implementar discussões, propondo ações no âmbito escolar relativo a sexualidade.

Dessa forma, a citada autora esclarece que a formação. “[...] procurou colaborar com os profissionais da educação e famílias, sendo que os mesmos justificavam que não havia formação para lidar com a temática, desta forma a formação abarcou a todos os gestores para que os mesmos alcançassem no âmbito escolar a desenvolver atividades com a temática.” (Leão, 2016, p.194).

Considerações finais

Considerando a importância e a concretização da formação inicial de Educação Sexual para os gestores entende-se que os mesmos terão o papel de assessorar os profissionais da escola fornecendo o embasamento teórico que foi estudado, e conforme colocado nos depoimentos, estão preparados para desenvolver um trabalho nesta temática.

Nesta perspectiva, essa vivência nos mostrou que na prática os profissionais da educação necessitam dos conhecimentos teóricos para serem mediadores do conhecimento e da aprendizagem e, além disso, precisam estar aptos a desenvolver um trabalho formal acerca desta temática, sendo este imprescindível para que os alunos tenham oportunidade de



externar, participar como protagonista da temática sexual que faz parte de sua história enquanto pessoa e cidadão.

Entretanto, em detrimento das questões morais e preconceituosas, nós educadores não podemos nos omitir desse trabalho alusivo à sexualidade, em virtude de que ela é inseparável do ser humano. Independentemente do retrocesso das legislações brasileiras acerca desta temática da exclusão dos currículos, a escola em parceria ao conselho escolar tem a autonomia de decisão em trabalhar seus conteúdos programáticos partindo das necessidades locais.

Sendo assim, a educação sexual possibilita um novo olhar à sexualidade no qual ela passa a ser tratada naturalmente no âmbito escolar como conteúdo, contribuindo com os alunos, para que possam debater e refletir, sanando suas possíveis dúvidas, e, assim, não sendo um trabalho isolado no contexto escolar.

15

Referência

DE LA TORRES, S; e BARRIOS. O curso de Formação para Educadores, São Paulo, Madras Editora Ltda, 2002, p.14.

FIGUEIRÓ, M. N. D. Formação de Educadores Sexuais: adiar não é possível – Campinas, SP: Mercado de Letras; Londrina, PR: Eduel (Coleção Dimensões da Sexualidade), 2006.

GARCIA, L. J. V. O processo de educação sexual na escola: um estudo de caso sobre a conceituação, significação e representação compreensiva de professores da rede municipal de ensino de Camboriú- SC sobre educação sexual. 81 f. Dissertação (Mestrado Educação e Cultura) Universidade do Estado de Santa Catarina- UDESC, Florianópolis, 2005, p.11.

LEÃO, A. M. C. Estudo analítico-descritivo do curso de pedagogia da UNESP- Araraquara Quanto à inserção das temáticas de sexualidade e orientação sexual Na formação de seus alunos. Tese (Doutorado em Educação Escolar)–Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2009. 343 f..

LEÃO, A. M. C. A percepção do (a)s professore (a)s e coordenadores (a)s dos cursos de Pedagogia da Unesp quanto à inserção da sexualidade e da educação sexual no currículo: analisando os entraves e as possibilidades para sua abrangência. Relatório de Pós-Doutorado em Sexologia e Educação Sexual, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Araraquara, 2012, p.18.

LEÃO, A.M.C.; RIBEIRO P.R.M.; e BEDIN, R.C. A Sexualidade e orientação sexual na escola em foco: algumas reflexões sobre a formação de professores Florianópolis, v. 11, n. 01, jan. /jun, 2010, p. 36 –52.

LEÃO, A.M, de C. Concepção dos Profissionais da Educação e Pais sobre sexualidade e Educação sexual: elaboração, aplicação e avaliação de cursos interventivos voltados para pais professores e alunos. Relatório de pesquisa apresentado à Fapesp. Pesquisa regular Processo n.2016 22432-0/2013, 2016.

LEI, Plano Nacional de Educação. PNE. Brasília: Inep, Brasil. Ministério da Educação, 2001. p.123.
MAIA, A. C. B; e RIBEIRO, P. R. M.. Sexualidade e educação sexual. Texto utilizado no Ambiente virtual da aprendizagem. Programa Refedor, Curso de Especialização em Educação Especial, UNESP, Nead, 2014,2011, p. pp.75-84.

MELO, S. M. M. O invólucro perfeito: paradigmas de corporeidade e formação de educadores. In: RIBEIRO, P.R.M. (Org.). Sexualidade e educação: aproximações necessárias. São Paulo: Arte e Ciência, 2004 p.73-113.

RIBEIRO, P.R. M. (1990). Educação sexual além da informação. São Paulo: EPU.

SILVA, T.T. da. Documentos de identidade: uma introdução as teorias do currículo. Belo Horizonte:Autêntica, 2007, p.156.